

-----**ATA N.º 23/2013**-----

-----Aos 11 dias do mês de setembro de 2013, pelas 10 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----João Manuel Duarte;-----

-----Victor Martins Santos; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----Apresentaram justificação de falta à reunião do dia 4/9/2013: -----

-----O Senhor Vereador João Duarte (ofício de entrada n.º 8001, de 4/9/2013); -----

-----O Senhor Presidente da Câmara e Senhor Vereador António Silva, por se encontrarem em representação do Município. -----

-----**O Executivo considerou as faltas justificadas.** -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28/8/2013**-----

-----Foi presente a ata n.º 21, da reunião ordinária do Executivo de 28/8/2013, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção do Senhor Presidente da Câmara, por não ter estado na referida reunião.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento dos seguintes assuntos: -----

-----Mapa relativo ao ponto de situação das candidaturas do Município, cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião; -----

-----Período de férias do Presidente da Câmara: de 3 a 9 de setembro. ---

-----De seguida deu conhecimento de um *email* enviado pela Ordem dos Advogados, a convidar os Presidentes de Câmara e os Presidentes das Assembleias Municipais a participarem numa reunião, dia 25/9, com o Bastonário dos Advogados e os presidentes das delegações da AO, das várias comarcas do país, para analisar a Lei da Organização do Sistema Judiciário, que irá reduzir o número de comarcas de todo o país. -----

-----Deu ainda conhecimento de um ofício das Águas do Zêzere e Côa, com registo de entrada n.º 8173, de 10/9/2013, dando conhecimento de que, «para rapidamente melhorar a qualidade da água fornecida a partir da ETA de St. António do Rio, no passado dia 23/8, foi instalado mais um filtro

no processo de tratamento, registando-se a partir dessa data melhorias significativas na qualidade da água tratada». -----

-----Sobre o assunto, o Senhor **Vereador António Silva** disse lamentar este tipo de postura por parte das AdZC. Mas, de facto todos os anos no Verão acontece a mesma coisa e os Celoricense pagam água pura e vendem-nos lodo.-----

-----Disse que é da opinião que esta resposta das AdZC deveria ir para o Gabinete Jurídico, anexando as faturas, frisando que a autarquia não pode pagar água que tem a qualidade da distribuída em Celorico da Beira. Frisou ainda que, se, as AdZC exigem o cumprimento dos seus direitos à autarquia, também a autarquia deveria de agir de igual modo, nomeadamente, negociando o pagamento da dívida. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber quando será entregue a cópia do documento que solicitou, por requerimento, há já 8 dias. Gostaria ainda de saber, qual o prazo médio de entrega dos documentos aos Vereadores da Oposição e aos munícipes, em geral, uma vez que parece que o tempo de análise dos pedidos ultrapassa os limites do razoável. -----

-----De seguida, referiu que, tem conhecimento de que foi enviado à autarquia um *fax* do Dr. Seguro Pereira a solicitar o pagamento da dívida e juros à sua constituinte, que, segundo o mesmo, por não terem obtido qualquer resposta, é intenção da sua constituinte intentar execução judicial para cobrança da dívida. Pretendia saber qual é o ponto da situação.-----

-----Em resposta, o Senhor **Vereador António Silva** disse que na semana passada foi recebido um *fax* do Dr. Seguro Pereira, mas a resposta será dentro da mesma linha das anteriores, onde sempre foi esclarecido que assim que a autarquia recebesse o montante do PAEL iria proceder ao pagamento. -----

-----Relativamente ao PAEL informou que o processo se encontra no Secretário de Estado das Autarquias para homologar e posterior envio para o Tribunal de Contas, encontrando-se já na fase final. -----

-----O processo não depende da autarquia, mas sim, da celeridade da homologação e do Tribunal de Contas, onde de acordo com a lei, poderá demorar um mês. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** relativamente a este assunto começou por dar uma palavra de conforto ao Dr. Seguro Pereira que sempre trabalhou com o Executivo, mas era conhecedor que a autarquia só poderia pagar aquando do recebimento do PAEL.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que este Executivo foi condenado por uma situação, sobre a qual não tinha qualquer responsabilidade. Estranha que durante esses anos ninguém reclamou, pelo menos com a insistência que de agora. -----

-----Disse que a autarquia não se escusa ao cumprimento da condenação, mas a resolução do problema, neste momento não está nas mãos da autarquia. Assim que essas entidades desbloqueiem as verbas a autarquia cumprirá as suas obrigações. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que o seu objetivo foi somente alertar para o facto de haver uma intenção de executar judicialmente a autarquia. Situação que poderá ser penalizante para o município, sendo da opinião que deverão ser feitos todos os esforços para o evitar. Desconhece os acordos que foram decididos, frisou que no *fax* que lhe foi entregue é referido um acordo que não tem sido cumprido.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** depois de ler, solicitou que ficasse apenso a esta ata um documento (*fax*), cujo destinatário é o Senhor Dr. Seguro Pereira, cuja cópia se anexa esta ata, considerando-se como

integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Frisou que o Dr. Seguro Pereira sempre teve uma postura corretíssima nos contactos que mantiveram, sempre respondeu a todas as suas solicitações, não o fez nesta última, porque considerou que o assunto deveria ser discutido internamente entre o Executivo, uma vez que está em fim de mandato. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** relativamente às outras questões colocadas pelo Senhor Vereador Victor Santos informou que, já oficiou o munícipe, comunicando que o assunto está para análise, uma vez que entraram outros pedidos de igual natureza e decidiu analisá-los em conjunto.-----

-----Relativamente ao requerimento do Senhor Vereador a solicitar cópias de documentos, disse que o requerimento deu entrada no dia 4/9, os serviços receberam no dia 5, a contabilidade recolheu a informação no dia 6 e como havia reunião hoje, decidiu entregar-lhos em mão.-----

-----De seguida, questionou o Senhor Vereador como obteve as datas e os números de registo interno dos documentos, que solicitou à autarquia. ---

-----O Senhor Vereador **Victor Santos** considerou a pergunta do Senhor Vereador desapropriada, uma vez que, enquanto Vereador da Oposição, tem direito a pedir as informações que entender e nunca questionou os restantes membros do Executivo como obtêm as informações que divulgam.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** informou o Executivo que a escola de Casas de Soeiro foi encerrada. Lamenta a forma como este processo foi conduzido. Se em anos anteriores houve sempre concordância com o Agrupamento, este ano o Município nem sequer foi auscultado. -----

-----A posição do Município foi sempre de manter as escolas a funcionar até serem construídos os Centros Escolares, numa ótica de manutenção de postos de trabalho (Professores e Auxiliares), e de otimização de recursos (transportes, alimentação, etc.). -----

-----Informou que a Câmara foi oficiada pelo Agrupamento de que iria encerrar a escola de Casas de Soeiro, por imposição da DREC, que tinha feito uma proposta de encerramento ou da escola de Santa Luzia ou da escola de Casas de Soeiro. Tendo eles optado por Casas de Soeiro. -----

-----Referiu que, estranhou esta proposta, porque tiveram uma reunião com a DREC, onde o Município apresentou a sua proposta de não encerrar nenhuma escola, que foi aceite pelos parceiros, inclusive o Agrupamento. Nesta sequência, contactou a DREC, expondo o assunto e foi-lhe comunicado que não apresentaram qualquer proposta de encerramento ao Agrupamento. Perante isto, contactou novamente o Agrupamento, que manteve a sua versão, referindo que, por vezes a DREC não era muito consentânea nas informações que prestava e que o que tinha sido transmitido era o encerramento. -----

-----Perante esta situação oficiou o Agrupamento para que aferissem junto da DREC, qual era a proposta a manter. Resposta que até o dia de hoje ainda não recebeu, por parte do Agrupamento. -----

-----Mas, o facto é que a escola está encerrada e não se sabe quais foram os critérios que o Agrupamento adotou para o fazer. Dado que o Agrupamento assumiu esta postura, sem qualquer auscultação à Câmara Municipal, questiona como irão fazer para assegurar o transporte e a alimentação das crianças que foram deslocadas. -----

-----Informou ainda, que no dia 9 de setembro recebeu um *email* do Agrupamento, a informar que iria proceder à retirada das placas de fibrocimento na escola Sacadura Cabral, trabalho que seria executado nos dias 9 e 10. -----

-----Congratulou-se com esse acontecimento, uma vez que, esta também sempre foi uma preocupação deste Município. Lamenta que, mais uma vez, o Agrupamento não tenha trabalhado em conjunto com a autarquia. ----

-----Por último, informou que as obras do cemitério de Celorico Gare irão iniciar-se dentro de 2 a 3 dias. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** relativamente ao mapa de candidaturas informou que o Município tem uma taxa de execução de candidaturas excelente. -----

-----Fez uma ressalva para a EN16, que está com uma taxa de execução baixa, uma vez que o empreiteiro não apresenta os autos, para que a autarquia proceda à faturação. Alerta para o facto desta postura do empreiteiro poder colocar em risco a candidatura. Frisou que não vê por parte do empreiteiro qualquer interesse em intervir e cumprir os prazos, de facto ele tem prazos distintos dos da autarquia, mas este desinteresse da sua parte, pode causar graves prejuízos ao Município. -----

-----Informou que está a acontecer o mesmo com os caminhos rurais, que também foram adjudicados ao mesmo empreiteiro. -----

-----Disse que a Eng.^a Delfina tem sido incansável na tentativa de resolução deste problema, mas o empreiteiro deixa pequenos trabalhos por executar, impossibilitando assim, a assinatura dos autos de conclusão dos trabalhos.-----

-----Propõe que saia desta reunião uma recomendação por escrito ao empreiteiro, para que, relativamente aos caminhos rurais, conclua com perfeição aquilo que começou e no que diz respeito à EN16 que comece os trabalhos quanto antes, sob pena de a autarquia perder a candidatura.-----

-----Disse que, na sua opinião, o Município de Celorico da Beira merece outro tipo de tratamento, porque sempre cumpriu com as suas obrigações e acha inadmissível que, situações destas coloquem em causa fontes de financiamento da autarquia.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber se o caderno de encargos da obra não teve em conta os prazos da candidatura. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que no início do segundo semestre de 2012 as candidaturas sofreram alterações, foi lançado um repto às autarquias para acelerarem as obras, de forma a ficarem incluídas nas taxas de mérito, o que fez com que os prazos não estejam adaptados aos contratos que a autarquia assinou com o empreiteiro. -----

-----A obra já iniciou, muito lentamente, e a autarquia tem que apresentar faturação, porque os pagamentos são feitos mediante a apresentação dos autos, que por sua vez não estão assinados pelo Técnico, porque existem falhas por parte do empreiteiro. -----

-----Alertou, uma vez mais, para que, se dê conhecimento ao empreiteiro, de que se a autarquia tiver um corte na candidatura, ele pode perder a obra, assim como o Município. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**PROPOSTA DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONIMIA – FREGUESIA DE CELORICO (S. PEDRO);** -----

-----**CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO;** -----

-----**VENDA DE APARTAMENTO T4 – BAIRRO SOCIAL.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. COMISSÃO FABRIQUEIRA DAS CASAS DO RIO**-----

-----**ASSUNTO: APOIO MONETÁRIO**-----

-----Foi presente requerimento da Comissão Fabriqueira das Casas do Rio, com registo de entrada n.º 7560, datado de 20/8/2013, a solicitar apoio monetário para aquisição de um relógio novo para a igreja de Casas do Rio, uma vez que o existente, está avariado e sem hipótese de conserto.-----

-----A Comissão anexa ao pedido um orçamento num valor de 2.557,17€, que engloba a aquisição do relógio, colunas e montagem.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs a atribuição de um subsídio no valor de 500€, para ajuda da aquisição do relógio.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, atribuir um subsídio no montante de 500€, contribuindo para a aquisição do relógio da igreja de Casas do Rio. ---**

-----**2. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: PROGRAMA DE RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO** -

-----Foi presente informação interna da Secção de Recursos Humanos, com registo n.º 2259, datada de 9/7/2013, dando conhecimento de que a Portaria n.º 221-A/2013, de 8/7, que estabelece as condições do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo da Administração Pública, entrou em vigor a 9/7/2013, e que só se aplica às autarquias locais que resolvam aderir.-----

-----Informa das condições genéricas do programa, bem como, o facto de o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3/9, remeter os processos de racionalização de efetivos dos serviços municipais, para a Assembleia Municipal. Devendo a decisão de adesão ou não, a este programa, ser remetida inicialmente a reunião do órgão Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que é contra a adesão a este programa, que a lei é penalizante para os funcionários e que a autarquia, atualmente, não tem funcionários que preencham essas condições. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que lamenta viver num país onde uma lei permite a diferenciação de funcionários com as mesmas condições. Disse que é da opinião que a autarquia deveria aderir, para permitir a igualdade dos trabalhadores desta autarquia relativamente aos trabalhadores de outras autarquias.-----

-----De seguida, questionou o Senhor Presidente sobre se a autarquia tem ou não um Gabinete Jurídico, uma vez que está apensa à informação um parecer jurídico. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que a autarquia tem uma prestação de serviços com esse Gabinete Jurídico. O Senhor **Vereador Victor Santos** solicitou cópia do contrato. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** manifestou o seu total desacordo e repúdio pela existência de uma portaria, que pretende dar seguimento a rescisões por mútuo acordo, com contornos claramente discriminatórios. ----

-----Disse que não queria fazer juízos se era vantajoso para o trabalhador ou para a autarquia, o que estava em causa é se vai ou não ser aplicado na autarquia. -----

-----Levantou a questão se caso a autarquia não aderisse e mais tarde haver um trabalhador que pretenda aderir ao programa, como irão resolver o problema. -----

-----Mencionou que o artigo 14.º da Portaria dá margem de manobra às autarquias, para adequarem e adaptarem as condições constantes desta legislação.-----

-----Por último, reitera que não concorda com a forma como esta portaria foi elaborada, mas remete a decisão final ao sufrágio da Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que todos os trabalhadores da autarquia foram informados do programa e nenhum manifestou vontade em aderir. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Vereador António Silva disse que, segundo informação que tinha dos Recursos Humanos, qualquer trabalhador que queira à posteriori aderir ao programa, mesmo sem a Câmara o ter feito, pode fazê-lo através da DGAP. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com 3 votos a favor, 1 voto contra do Senhor Vereador Victor Santos e 1 abstenção do Senhor Vereador João Duarte, não aderir ao “Programa de Rescisões por Mútuo Acordo”, aprovado pela Portaria n.º 221-A/2013, de 8/7. -----

-----Mais deliberou, nos termos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3/9, remeter o assunto à Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

-----“Por forma a dar condições de igualdade a todos os trabalhadores, voto contra, manifestando o meu repúdio pela discriminação implícita presente na portaria”. -----

-----**3. SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----**Requerente: Sociedade de Construções Soares da Costa**-----

-----Foi presente requerimento da empresa Soares da Costa, com n.º 1180, de 21/8/2013, relativo ao processo n.º 32/2012, a solicitar licença especial de ruído, para a execução do Gasoduto Mangualde – Celorico – Guarda, nas datas: 7,14,21 e 28 de setembro. -----

-----Sobre o assunto e em conformidade com as informações técnicas, foi proferido despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara com o

seguinte teor: “Deferida a pretensão do requerente de acordo com a informação técnica”.-----

-----**A Câmara, nos termos da lei, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara a deferir a pretensão do requerente, de acordo com a informação técnica.**-----

-----**4. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**4.1. ASSUNTO: PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE CONSERVAÇÃO, TARIFA DE SANEAMENTO E COLOCAÇÃO DE CONTADOR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, datada de 04/09/2013, com o registo interno n.º 2891, dando conhecimento de que a munícipe identificada na mencionada informação requereu isenção de taxa de conservação, tarifa de saneamento e colocação de contador. -----

-----Depois de analisado o pedido, nos termos do artigo 47.º, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, solicitam que a munícipe usufrua da bonificação prevista no Capítulo VII, Bonificações, art.º 46.º, alíneas a) e c).-----

-----**A Câmara, com base na informação técnica, deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de taxa de conservação, tarifa de saneamento e colocação de contador, a requerente Sandra Cristina Bica Parreira Sequeira.**-----

-----**4.2. ASSUNTO: AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - TRANSPORTES ESCOLARES - 1.º CICLO**-----

-----Foi presente informação interna n.º 2890, datada de 04/09/2013, dando conhecimento de que foi solicitado ao Município auxílio económico para comparticipação do transporte escolar/passe ou transporte em viatura do Município de Gabriel Figueiredo de Almeida e Nuno Rafael Almeida

Aquino, alunos que residem fora da sede do concelho e estão matriculados em estabelecimentos de ensino dentro da sede do concelho (EB1 de S. Pedro e Santa Maria). -----

-----Considerando que a EB1 de acolhimento destes alunos seria a EB1 de Cortiço da Serra, caberia à autarquia assegurar o transporte para esta escola. Assim, não existindo atualmente circuito de transporte escolar com viatura da autarquia neste percurso, poderá a autarquia assegurar o transporte, destes alunos através de passe escolar em carreira de passageiros, tal como assegurou no ano letivo transato. -----

-----**Nos termos da informação a Câmara deliberou, por unanimidade, conceder passe escolar, em carreira de passageiros, aos alunos Gabriel Figueiredo de Almeida e Nuno Rafael Almeida Aquino.**-----

-----**4.3. ASSUNTO: REFEIÇÕES E TRANSPORTES ESCOLARES**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Ação Social, com registo n.º 2905, datada de 6/9/2013, dando conhecimento de que a Direção Geral de Estabelecimentos Escolares da Região Centro, salientou a necessidade de se realizar procedimento de contratação pública, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos (CPP). Considerando esta informação foi solicitado parecer jurídico que refere que “a Instituição em causa não atua no exercício regular de uma atividade económica sujeita à concorrência de mercado, propõe-se a prestar a colaboração à autarquia e por isso, à partida, excluída da obrigatoriedade dos procedimentos de adjudicação a que se refere a parte II do CPP. -----

-----É do entendimento que a “Câmara Municipal de Celorico da Beira pode celebrar protocolo de colaboração com a Associação...” ao abrigo das normas constantes dos artigos 64.º, n.º 4, c) e 67.º, da Lei n.º 199/99, de 18/9, atenta ainda a exceção constante do art.º 5.º, n.º 4, c), do CPP”.-----

-----Informa ainda, que na presente data poderão não estar ainda efetuadas todas as inscrições dos alunos e ainda não foi publicada a legislação a estabelecer o preço das refeições. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de protocolos com as IPSS's, para fornecimento de refeições e transportes aos alunos do 1.º ciclo.** -----

-----**4.4. ASSUNTO: PAA- SPORTING CLUBE CELORICENSE** -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social com registo interno n.º 2906, datada de 6/9/2013, dando conhecimento que no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo (Capítulo III- Área do Desporto) entrou na autarquia candidatura do Sporting Clube Celoricense, para atribuição de apoio financeiro, para a prática de várias modalidades da Associação, para a época 2013/2014. Informa que a documentação entregue cumpre os requisitos impostos pelo PAA. -----

-----Mais informa que o apoio financeiro pretendido é de 31.000€. -----

-----Relativamente ao assunto, o Senhor **Presidente da Câmara** informou que o Celoricense subiu à primeira divisão distrital e que o campeonato vai iniciar-se no dia 29/9. Esclareceu que, relativamente ao ano anterior, o Sporting Celoricense, vai disponibilizar mais atividades, acrescido ao facto de ter subido à 1.ª divisão o que exige um orçamento superior. -----

-----Felicitou o Sporting Celoricense pelos resultados alcançados no campeonato e pela forma exemplar como geriram o clube nesta época desportiva. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva**, depois de consultar a Secção de Contabilidade informou que só há disponibilidade orçamental de 10.000€. Dentro deste montante o órgão pode atribuir um subsídio afeto ao orçamento de 2013 e o restante será considerado no orçamento de 2014. --

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que da leitura que faz, da Lei dos Compromissos, esta não permite assumir este tipo de solução. -----

-----Face à disponibilidade orçamental da autarquia o Senhor **Presidente da Câmara** propôs que seja atribuído um subsídio no valor de 6.000€ ao Sporting Celoricense. E em 2014 terão que fazer uma nova candidatura. ----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar o contrato-programa a celebrar entre o Sporting Clube Celoricense e o Município de Celorico da Beira, nos termos do PAA, cujo apoio financeiro será no montante de 6000€. -----

-----**5. SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E CONTABILIDADE**-----

-----**ASSUNTO: ASSOCIAÇÃO CAÇA, PESCA, TIRO E AGRICULTURA DA RATOEIRA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente documento com entrada n.º 8106, datada de 6/9/2013, relativo ao orçamento de projeto retificativo de eletricidade, na Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura da Ratoeira, cujo montante se cifra num total de 750€ + IVA. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que este pedido vem na sequência de um pedido de apoio técnico solicitado pela Associação, aquando da realização do projeto. Informou que tiveram que ser feitas algumas alterações em termos de certificação e daí a apresentação deste orçamento, para retificação do projeto. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que não tinha na sua documentação qualquer pedido de subsídio por parte da Associação, possuía somente um *email*, de difícil leitura, que parecia tratar-se de um

orçamento, cuja empresa também não era identificável. Considera que em termos formais, este documento não está em condições de ser apresentado para apreciação do Executivo. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, atribuir um subsídio no montante de 750€ + IVA à Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura da Ratoeira, para elaboração do projeto retificativo de eletricidade, da sede da Associação.** -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

-----“Voto contra não pondo em causa qualquer atribuição de subsídio à Associação, mas, de acordo com a informação que me foi disponibilizada não vejo sequer qualquer pedido dessa mesma Associação. Se conforme o Senhor Presidente da Câmara referiu este subsídio se insere no âmbito do apoio técnico que já tinha sido deliberado, não compreendo a sua classificação orçamental, porque a ser assim, seria uma despesa normal da autarquia”. -----

-----**6. PROPOSTA DA COMISSÃO DE TOPONIMIA - FREGUESIA DE CELORICO DA BEIRA (S. PEDRO)** -----

-----Foi presente proposta da Comissão Municipal de Toponímia, com o seguinte teor:-----

-----“Tendo em consideração o Regulamento Municipal de Toponímia e Números de Policia do Concelho de Celorico da Beira, vem por este meio a Comissão Municipal de Toponímia, apresentar a Planta de Toponímia de dois arruamentos na freguesia de Celorico (São Pedro), na Vila de Celorico da Beira, a qual propõe ao executivo camarário para aprovação, após a respetiva Junta de Freguesia de Celorico (São Pedro) concordar com as

alterações sugeridas pela Comissão de Toponímia (ver anexo I), as denominações de **“Rua das Charrinhas”** e **“Ladeira dos Lajões”**. -----

-----**A Câmara, nos termos da proposta, deliberou, por unanimidade, aprovar as denominações de “Rua das Charrinhas” e “Ladeira dos Lajões”, na Freguesia de Celorico (São Pedro).**-----

-----**7. CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, com registo interno n.º 2937, datada de 11/09/2013, referindo que “Na atividade de cobrança de água aos munícipes, realizada pela Secção de Águas e Saneamento é necessário que os cobradores disponham de trocos para efetuar a cobrança. Tendo em conta que os funcionários em causa não devem utilizar as verbas de cobranças anteriores para trocos, e, que a Tesouraria também não pode entregar valores sem documentação a suportar uma despesa, proponho a constituição de dois fundos de maneo a atribuir aos cobradores. Assim solicito ao Executivo que delibere: -----

-----Atribuir ao funcionário Manuel Lopes Rainho dos Reis, Assistente Operacional, o montante de 150€, para fazer face às necessidades para cobrança de água associado à seguinte rubrica: 020224 Encargos de Cobrança e Receita; -----

-----Atribuir ao funcionário João Manuel Simão Santos, Assistente Operacional, o montante de 150€, para fazer face às necessidades para cobrança de água associado à seguinte rubrica de despesa: 020224 Encargos de Cobrança de Receitas”. -----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, constituir dois fundos de maneo, no valor de 150€, para fazer face às necessidades para cobrança de água, associados à rubrica de despesa “020224 - Encargos de Cobrança de**

Receitas”, afetos aos funcionários Manuel Lopes Rainho dos Reis e João Manuel Simão Santos. -----

-----8. VENDA DE APARTAMENTO T4 - HABITAÇÃO SOCIAL-----

-----Foi presente informação do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, com registo interno n.º 2936, datada de 10/9/2013, com o seguinte teor:-----

-----“Pela presente levo ao conhecimento de V.Ex.^a que, existe interesse, da parte de um munícipe, em adquirir um apartamento de tipologia T4, no Bairro Social de Santa Luzia. -----

-----De modo a reduzir o montante em dívida para com a Empresa Manuel Rodrigues Gouveia, referente à aquisição dos apartamentos (conforme permuta estabelecida para T4), solicito a V.Ex.^a se digne submeter à reunião do Executivo Municipal a obtenção de autorização para elaboração de proposta, para posterior aprovação, conforme dados que se descrevem: -----

-----1. Concordância da alienação de um apartamento de tipologia T4 – valorizado conforme portaria em anexo – propriedade da Empresa Manuel Rodrigues Gouveia; -----

-----2. Redução do montante em dívida.”-----

-----**Nos termos da informação, a Câmara deliberou, por maioria, com 3 votos a favor e 2 abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, concordar com a alienação de um apartamento de tipologia T4, propriedade da empresa Manuel Rodrigues Gouveia (MRG); -----**

-----**Mais deliberou autorizar que o montante da venda seja reduzido ao valor em dívida à MRG. -----**

-----APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, nos termos do n.º 3, do art.º 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação, para imediata execução das deliberações nela contida. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:55h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----